

**Nome social** (a ser preenchido pelo(a) declarante que se identifica como trans, travesti ou transexual, tendo em vista o disposto na Resolução CNJ n° 270/2018):

Nome civil: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Documento de Identidade (RG) n°: \_\_\_\_\_

Órgão expedidor: \_\_\_\_\_

Telefone(s) de contato com DDD: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

### SITUAÇÃO FUNCIONAL

- Sem vínculo ainda (aguardando posse em cargo público perante o TJGO)  
 Servidor(a) efetivo(a)  À disposição do TJGO  
 Cargo em comissão  Função por encargo de confiança  
 Estagiário(a)  Outro (especificar): \_\_\_\_\_

Considerando o disposto nos arts. 1º, 2º e 4º da Resolução CNJ n° 07/2005<sup>1</sup>, nos Enunciados Administrativos CNJ n° 1, de 15/12/2005<sup>2</sup> e n° 7, de 19/06/2008<sup>3</sup>, bem como na Súmula Vinculante n° 13 do Supremo Tribunal Federal<sup>4</sup>, **DECLARO**, sob as penas da lei (art. 299 do Código Penal<sup>5</sup>), que:

**TENHO** vínculo decorrente de casamento, união estável ou parentesco até o 3º grau, inclusive, com membro e/ou com servidor do Poder Judiciário (federal ou estadual) investido em cargo de provimento em comissão ou função de confiança e/ou com empregado(a) de empresa terceirizada que preste serviço no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás ou juízo vinculado (confira a tabela adiante)

**NÃO TENHO** vínculo decorrente de casamento, união estável ou parentesco até o 3º grau, inclusive, com membro e/ou com servidor do Poder Judiciário (federal ou estadual) investido em cargo de provimento em comissão ou função de confiança e/ou com empregado(a) de empresa terceirizada que preste serviço no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás ou juízo vinculado (confira a tabela adiante)



## DECLARAÇÃO DE VÍNCULO FAMILIAR/PARENTESCO

### TABELA – VÍNCULO DECORRENTE DE CASAMENTO, UNIÃO ESTÁVEL OU PARENTESCO

**1 – VÍNCULO FAMILIAR: CASAMENTO (CÔNJUGE) OU UNIÃO ESTÁVEL (COMPANHEIRO(A))**

**2 – VÍNCULO DECORRENTE DE PARENTESCO ATÉ O 3º GRAU, INCLUSIVE:**

#### 2.1 - PARENTESCO NATURAL OU CIVIL

<b>2.1.1 – LINHA RETA</b>	ASCENDENTES	a) pais – 1º grau b) avós – 2º grau c) bisavós – 3º grau
	DESCENDENTES	a) filhos – 1º grau b) netos – 2º grau c) bisnetos - 3º grau
<b>2.1.2 – LINHA COLATERAL</b>	a) irmãos – 2º grau b) tios e sobrinhos – 3º grau	

#### 2.2 – PARENTESCO POR AFINIDADE

<b>2.2.1 – LINHA RETA</b>	ASCENDENTES	a) sogros (pais do cônjuge ou companheiro) – 1º grau b) padrasto ou madrasta – 1º grau c) padrasto ou madrasta do cônjuge ou companheiro – 1º grau d) avós do cônjuge ou companheiro – 2º grau e) bisavós do cônjuge ou companheiro – 3º grau
	DESCENDENTES	a) genro ou nora (cônjuge ou companheiro dos filhos) – 1º grau b) enteados (filhos do cônjuge ou companheiro) – 1º grau c) filhos dos enteados (netos do cônjuge ou companheiro) – 2º grau d) netos dos enteados (bisnetos do cônjuge ou companheiro) – 3º grau
<b>2.2.2 – LINHA COLATERAL</b>	a) cunhados – 2º grau b) tios e sobrinhos do cônjuge ou companheiro – 3º grau	

Caso tenha sido declarada a existência de vínculo decorrente de casamento, união estável ou parentesco, o(a) declarante deverá preencher o(s) quadro(s) seguinte(s):



**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

## DECLARAÇÃO DE VÍNCULO FAMILIAR/PARENTESCO

### DADOS DO CÔNJUGE, COMPANHEIRO(A) OU PARENTE

Nome: _____ _____	<input type="checkbox"/> Cônjuge <input type="checkbox"/> Companheiro(a) <input type="checkbox"/> Parente (especificar e indicar o grau): _____
Órgão de origem: _____ _____	Ocupante de cargo de provimento efetivo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Situação Funcional Membro <input type="checkbox"/> Cargo de provimento em comissão <input type="checkbox"/> Função por encargo de confiança <input type="checkbox"/> Contratado(a) <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Especificar: _____ _____	Órgão onde exerce as atividades: _____ _____ _____

### DADOS DO CÔNJUGE, COMPANHEIRO(A) OU PARENTE

Nome: _____ _____	<input type="checkbox"/> Cônjuge <input type="checkbox"/> Companheiro(a) <input type="checkbox"/> Parente (especificar e indicar o grau): _____
Órgão de origem: _____ _____	Ocupante de cargo de provimento efetivo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Situação Funcional Membro <input type="checkbox"/> Cargo de provimento em comissão <input type="checkbox"/> Função por encargo de confiança <input type="checkbox"/> Contratado(a) <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Especificar: _____ _____	Órgão onde exerce as atividades: _____ _____ _____



## DECLARAÇÃO DE VÍNCULO FAMILIAR/PARENTESCO

**DECLARO**, ainda:

- TER ciência de que o rol previsto no art. 2º da Resolução CNJ nº 07/2005 não é taxativo e de que a existência de vínculo familiar ou de parentesco com determinadas pessoas, dependendo das circunstâncias, impede a nomeação para o exercício de cargo de provimento em comissão, a designação para o exercício de função por encargo de confiança e a contratação pela administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob pena de caracterizar prática de nepotismo, vedada pelo ordenamento jurídico;

- TER ciência sobre a obrigatoriedade de informar a ocorrência de qualquer alteração em relação à condição declarada acima.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração para que surta os seus efeitos legais.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) declarante\*

**\* O(A) declarante deve apor a sua assinatura em todas as vias desta declaração.**

1) **Resolução CNJ nº 07, de 18/10/2005**, com as respectivas alterações: disponível no seguinte endereço eletrônico: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/187>>;

2) **Enunciado Administrativo CNJ nº 1, de 15/12/2005**, com as respectivas alterações: disponível no seguinte endereço eletrônico: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/895>>;

3) **Enunciado Administrativo CNJ nº 7, de 19/06/2008**, com as respectivas alterações: disponível no seguinte endereço eletrônico: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/906>>;

4) **Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal**: disponível no seguinte endereço eletrônico: <<https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/seq-sumula761/false>>;

5) **Código Penal**: disponível no seguinte endereço eletrônico: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>.